

DIÁLOGO LITERÁRIO: UMA PERSPECTIVA FREIREANA

Caroline de Moraes (IFRS/UCS)¹

Resumo: O presente artigo investiga a aproximação entre o professor e o aluno, em uma relação dialógica, seguindo os preceitos de Freire (1996). Em função da interação entre os sujeitos, realiza-se um diálogo entre pensadores da educação e da literatura. Nesse sentido, a educação literária é investigada sob os ensinamentos de Nussbaum (2015), Colomer (2007) e Ordine (2016), evidenciando um diálogo entre os autores. Dessa maneira, a educação libertadora é positiva para que o aluno exponha o conhecimento prévio e assuma uma posição determinante de sujeito participativo. Com isso, o diálogo colabora efetivamente na formação, despertando o prazer pela leitura do texto literário.

Palavras-chave: Paulo Freire; Diálogo; Educação; Literatura.

Primeiras palavras

Paulo Freire é um dos educadores mais conhecido em diversos âmbitos de ensino devido à pertinência dos ensinamentos ao longo do percurso vivido no campo da educação. Com base nos estudos produzidos, nota-se que as percepções do autor podem contribuir na compreensão dos textos literários, geralmente, apreciados no

¹ Doutoranda em Letras pelo Programa de Doutorado em Letras, na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista CAPES. Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Vacaria. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Educação a Distância pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Graduada em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Contato: cacarolpf@yahoo.com.br ou caroline.morais@vacaria.ifrs.edu.br.

ambiente escolar. A relação dialógica é vista como favorável para o processo de aprendizagem por aproximar professor e aluno na significação de textos literários.

Ao reconhecer as dificuldades da leitura no que tange aos exemplares literários, ressalta-se a figura do professor como necessária para estimular e acompanhar o processo de fomento da leitura escolar. Com vistas a essa problemática, este artigo quer analisar a importância da relação entre professor e aluno para o bom desempenho na leitura literária, observando a relação de troca como o ponto de encontro entre os participantes. Para atingir esse objetivo, o presente estudo é fundamentado por princípios teóricos que atendem pensadores da educação e também da literatura. Assim, é investigada a educação libertária, em que os sujeitos aprendem em conjunto, tornando-se seres conscientes (FREIRE, 1987).

Acerca do diálogo, a experiência de Freire é configurada por atividades envolvendo os pais e a comunidade, no SESI. O respeito ao outro é outro elemento essencial na metodologia do autor. Sobre estes dois aspectos, Brandão (2005) destaca o início da carreira do educador: “[...] Paulo Freire dedicou-se a um intenso trabalho de formação de educadores de crianças e de criação de círculos de diálogos entre professores e pais de alunos. Uma pedagogia centrada no pleno respeito ao outro, no diálogo e na participação ativa de todos os educandos [...]” (BRANDÃO, 2005, p. 34).

A obra *Pedagogia da autonomia* determina que o ensinar não é a transmissão do conhecimento, mas a compreensão do ato de criar as possibilidades para a construção e a produção do conhecimento. Nessa obra, Freire (1996) define e estabelece o homem na condição de um ser inacabado, com frequentes mudanças, em função disso, o sujeito está em eterna construção. Diante das diferentes leituras realizadas no percurso da vida escolar ocorre uma transformação significativa no leitor e no contexto escolar em que está envolvido.

Para investigar essa afinidade entre os sujeitos atuantes, abordam-se as teorias de Freire agregadas ao processo da educação literária. Primeiramente, com base em Ordine (2016), Nussbaum (2015) e Colomer (2007), evidencia-se a educação literária por meio da ação da escola, do leitor e do livro, sendo esses os elementos indispensáveis para a promoção da leitura literária na escola. Em seguida, apresenta-se uma discussão acerca da relação dialógica, destacando a troca de conhecimento em prol da aprendizagem. Por fim, integram-se as dimensões do diálogo e das condições básicas para uma educação literária horizontal.

Configuração literária

A área de humanidades tem em suas ramificações a presença da Literatura e da Arte, formadoras do cidadão para a reflexão e observação do contexto social. Nussbaum (2015) afirma que a educação não deveria visar ao lucro, mas ao desenvolvimento integral dos alunos, levando-os a pensarem e se posicionarem criticamente. Com o trabalho das humanidades os indivíduos exercitam a alteridade ao se relacionar com os demais, reconhecendo que a circunstância educativa prima pela troca de experiências.

Para Nussbaum (2015, p. 12), o “[...] acesso a um ensino de qualidade é uma questão premente em todas as democracias modernas. [...]”. Dessa maneira, as

instituições priorizam o padrão de atendimento escolar, não considerando apenas as finanças ou associando o aluno a um cliente. Essa noção de valores também é exposta por Ordine (2016) ao sinalizar que a preocupação das escolas não está só pautada no ensino, mas também nos rendimentos para a instituição. Enfim, o valor que realmente é relevante no ambiente escolar é circundado pelo aprendizado ativo, que postula um aluno capaz de pensar e agir socialmente.

A disciplina de Literatura é essencial para a formação leitora, oportunizando pensamentos e reflexões acerca das situações em que o leitor se fará presente. Colomer (2007, p. 20) considera que “[...] as disciplinas que compõem a área de ‘humanidades’ sempre sustentaram que a contribuição da literatura na construção social do indivíduo e da coletividade não apenas é essencial, mas simplesmente inevitável. [...]”. Fatalmente, com o passar do tempo, a partir da Segunda Guerra Mundial, esse destaque literário foi se perdendo, e atualmente muitas pesquisas procuram reestabelecer as essências que estão configuradas na área das humanidades.

Ordine (2016) tece contribuições acerca do útil e do inútil na concepção social, em vista disso, o útil está geralmente vinculado ao luxo. A respeito dessa situação, o autor caracteriza o valor de cada elemento, para isso faz exemplificações sobre a arte e a literatura, inferindo que:

[...] a utilidade dos saberes inúteis contrapõe-se radicalmente à utilidade dominante que, em nome de um interesse exclusivamente econômico, está progressivamente matando a memória do passado, as disciplinas humanísticas, as línguas clássicas, a educação, a livre pesquisa, a fantasia, a arte, o pensamento crítico e o horizonte civil que deveria inspirar toda atividade humana. No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a música, a literatura ou a arte. (ORDINE, 2016, p. 12).

Segundo o autor a utilidade da literatura não pode ser mensurada, uma vez que ela age de diferentes formas no leitor. Não há valor monetário a ser cobrado pelo conhecimento, podem-se pagar bons professores, mas isso não garantirá o aprendizado, pois para aprender é essencial dedicação para percorrer o percurso educacional, vencendo diversos obstáculos.

Diante disso, o ensino da literatura contribui para a ampla formação do educando, visto que projeta novas circunstâncias para a troca e o crescimento do grupo escolar. Sob esse prisma Nussbaum (2015, p. 106) menciona que o “[...] ensino da literatura e das artes pode estimular a compreensão de diversas formas, por meio do envolvimento com inúmeras obras de literatura, de música, de belas-artes e de dança. [...]”. Freire (1987) acrescenta que o educador e as suas ações não são neutras, sendo que é assumida uma posição na sociedade de acordo com o contexto social em que está inserido.

Um dos grandes interesses discutidos por Freire (1978) é o de que a educação seja trabalhada como uma atividade que gere, principalmente, a reflexão no aprendiz. Nas palavras do autor, objetiva-se “[...] superar o conhecimento que permanece preponderantemente ao nível da sensibilidade dos fatos pelo conhecimento que alcança a razão de ser dos mesmos.” (FREIRE, 1978, pp. 152-153). Por isso, nota-se o quanto é significativo abordar a realidade social, agindo com seriedade e consciência, entendendo que o estudo é basilar.

Em entrevista ao Instituto de Ação Cultural (IDAC), em 1973, Freire (1982) declara que sujeito e objeto pertencem a uma unidade dialética. Além disso, o estudioso caracteriza que o investigador crítico não se satisfaz com quaisquer informações, pois para ele:

[...] o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo. Por isto mesmo não pode aceitar que o ato de conhecer se esgote na simples narração da realidade nem tampouco, o que seria pior, na decretação de que o que está sendo deve ser o que deve ser. Pelo contrário, quer transformar a realidade para que o que agora está acontecendo de certa maneira passe a ocorrer de forma diferente. (FREIRE, 1982, p. 137).

A educação literária, então, toma valor quando o aluno compreende que o conhecimento é interminável, posto que quanto mais se leia, mais a curiosidade será aguçada. E, na troca com os outros colegas ou com os professores ocorre a concretização da educação literária. Logo, para cada novo conhecimento o estudante tem liberdade de demonstrar as suas considerações a respeito do tema tratado e adequar suas ações em função da sociedade. Nesse sentido, entende-se educação literária pelo viés de Colomer (2007) que reconhece a necessidade de que a escola, o leitor e as obras literárias estejam no mesmo passo para atingir resultados significativos a fim de alcançar a formação escolar como um todo. De acordo com a autora, o valor formativo é uma das bases da educação literária, que tem como primeiro objetivo: “[...] contribuir para a *formação da pessoa*, uma formação que aparece ligada indissolavelmente à construção da sociabilidade e realizada através da confrontação com textos que explicitam a forma em que as gerações anteriores e as contemporâneas abordaram a avaliação da atividade humana através da linguagem.” (COLOMER, 2007, p. 31 – grifos da autora).

Para Colomer (2007), além da formação de valores, a educação literária tem influência direta no enfrentamento das diversidades tanto sociais, quanto culturais, partindo, principalmente, de questões filosóficas que estão amarradas em diversos textos básicos da literatura. Atrelado aos dois fatores mencionados, a educação literária também permite o trabalho intenso e criativo com a linguagem e com a leitura, criando e recriando novas estruturas e sistemas comunicativos.

Essas novas atitudes e esse domínio sob as circunstâncias vividas tornam o aluno cidadão e responsável. De acordo com Freire (1996, p. 86), o “[...] fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é *dialógica*, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto

ouve. O importante é que professor e alunos se assumam *epistemologicamente curiosos.*" (grifos do autor). Por isso, destaca-se a importância da integração dos sujeitos envolvidos nas atividades escolares, crescendo em conjunto de forma coerente.

Na relação dialógica exposta, registra-se que o docente não tem a função de transferir o conhecimento ao aluno, pelo contrário, o educador precisa instigar novas situações e discutir sobre as diferentes vertentes encontradas nos textos literários. Sobre o conhecimento, Freire (1982, p. 141) afirma que "[...] não se transfere, se cria, através da ação sobre a realidade. [...]". Além disso, a formação dos professores deve ser permanente, contínua e partir do saber e da realidade da escola.

O educador precisa reciclar os conhecimentos, as formas didáticas e atualizar-se acerca da educação literária. Ordine (2016, p. 108) reforça que "[...] um bom professor é acima de tudo um incansável *estudante* [...]" (grifo do autor). Então, refletir sobre a própria prática possibilita reavaliar-se a cada instante, e, por meio da mudança, atingir os objetivos conjuntamente com os aprendizes. Da mesma forma que a atualização profissional é importante, o espaço escolar e as condições para os professores e alunos também são.

Diante disso, o bom rendimento da educação literária e da escola está condicionado por diferentes fatores, por isso, é necessário o envolvimento de todos para que aconteçam as mudanças e as melhoras no ambiente escolar. Freire (2006) salienta que as mudanças que ocorrem na escola acarretam em "[...] ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretoras de escolas, delegados de ensino, professoras, supervisoras, comunidade científica, zeladores, merendeiras etc. Não se muda a cara da escola por um ato de vontade do secretário." (FREIRE, 2006, p. 35).

Freire (1996) destaca a responsabilidade ética como um dos elementos assumidos pelo corpo docente durante a atividade pedagógica, assim como a esperança, a força de vontade, o estímulo em favor da educação e do educando, que contribuem para a autonomia do discente. Nesse sentido, professor e aluno podem ser criadores, inquietos, curiosos e persistentes, ao renovar o conhecimento, por meio de um trabalho horizontal, em que o aluno interage criticamente por meio da educação literária. Pesquisa e leitura auxiliam na passagem da ingenuidade para a consciência crítica, visto que esse processo não acontece automaticamente.

A escola é ponto de encontro entre professores e alunos. Acerca desse local, Colomer (2007) realça três elementos que estão relacionados com o planejamento escolar e facilitam as ações leitoras: "[...] a necessidade de proporcionar aos alunos um espaço habitado por livros, a constatação de que existem certas formas de organizar as aprendizagens escolares que favorecem especialmente a presença da leitura e a conveniência de planificar articuladamente funções, tipos e atividades de leitura de livros na escola." (COLOMER, 2007, p. 117).

A educação literária é favorecida pela união do aluno e do professor no ambiente escolar, cumprindo funções educativas cada vez mais presentes na rotina dos sujeitos. Por exemplo, frequentar uma biblioteca que apresente estrutura adequada e bom acervo de materiais literários. Colomer (2007) faz uma observação pertinente ao estabelecer o aprendizado da leitura de textos literários como um dos papéis esperados pela escola. Em vista desse pressuposto, observa-se uma forte

ligação entre educador, educando, leitura e obra literária, cerceadas por práticas escolares que tendem a uma relação amorosa de convivência.

Diálogo: construção conjunta

O educador Freire tem seus ensinamentos conhecidos e discutidos por muitos países. No início da carreira, destacam-se as atividades de alfabetização de jovens e adultos, tornando-o reconhecido pela experiência em Angicos (RN), até a interrupção em função do Golpe Militar, em 1964. Em virtude desse fato, Freire transfere-se para outros países, desenvolvendo e aperfeiçoando trabalhos com foco na educação. Dessa experiência nasce *Pedagogia do oprimido*, a obra mais significativa do educador, difundida em vários países. Ao retornar para o Brasil, o autor mantém a atenção na área educacional e se envolve diretamente com essas questões a fim de organizar e melhorar o desempenho do país.

Os princípios de Freire (1996) são marcados por elementos presentes na formação cidadã dos alunos. O ser humano é o ponto de partida, observado como um sujeito que se relaciona com os outros e com os fatores que o cercam, dessa forma, a interação com os demais favorecerá na construção do conhecimento ao aprender e ao ensinar, de modo simultâneo. Com isso, percebe-se como são estruturadas as teorias de Freire (1996), utilizando a relação com o outro, logo, o processo de interação é essencial para a constituição do saber. Beisiegel (2010, p. 112) salienta que “[...] Paulo Freire era um grande conversador. Em boa parte, os trabalhos publicados no Brasil podem ser entendidos como produtos do esforço de consolidação e divulgação de posições a propósito de temas que o acompanham ao longo de toda sua atividade. [...]”.

Freire (1996) preocupa-se com o processo de desenvolvimento do país, posto que nessa circunstância haja uma migração da população da zona rural para os centros industrializados. Devido ao processo de deslocamento, a população necessita apresentar uma posição crítica sobre o contexto em que vive, e não manter-se na ingenuidade. Essa transição só é possível com o auxílio de outros indivíduos e com o domínio das situações, por intervenção do processo educativo efetivo. Nessa perspectiva, observa-se a introdução do diálogo como um despontar para a vida cidadã e consciente, reconhecendo na educação literária uma oportunidade de discussão de ideias, uma vez que um dos papéis do educador é aguçar a consciência crítica no aluno.

É por intermédio do diálogo que os homens conseguirão um entendimento, pois o diálogo favorece a participação ativa de todos e a troca de conhecimentos, engrandecendo as duas partes envolvidas no processo. De acordo com Freire (1996), a consciência democrática somente é atingida pela troca de saberes, entendendo que numa relação todos são iguais, não havendo dominação, mas, sim, uma permanente troca de informações. Colomer (2007, p. 31) contribui salientando que o indivíduo “[...] não é visto como um produto da consciência individual, mas como um processo, sempre em perpétua construção, contraditório e aberto à mudança. [...]”.

A relação do homem com os pares demonstra uma dimensão de alteridade e pluralidade, sendo assim, não há esgotamento dos contatos, proporcionando

diferentes vivências. Segundo Freire (1963, p. 5) ocorre “[...] uma pluralidade nas relações do homem com seu mundo na medida em que responde aos desafios desse mesmo mundo em sua ampla variedade. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. [...]”, logo, o indivíduo está seguidamente envolto de perguntas e respostas, tornando-o ativo nas relações externas e modificando-se a cada nova intervenção.

Diante disso, compreende-se que o homem adquire novos conhecimentos e é despertado para diferentes realidades em virtude das relações que têm. A realidade é criada e recriada a cada instante, mostrando um crescimento do ser que age no meio, que interfere nessa realidade, que decide acerca daquilo que o cerca. O homem vai alterando a realidade na medida em que se torna agente, evidenciando uma consciência crítica sobre o mundo que lhe pertence (FREIRE, 1963).

Freire (1963) reconhece o homem como sujeito ao agir no meio, ressaltando que ele “[...] não se satisfaz em assistir. Quer participar. Quer decidir. E o faz. Deixa de ser objeto para ser sujeito.” (FREIRE, 1963, p. 9), desse modo, é importante dar oportunidades com o propósito de que o aluno tenha espaço para ser sujeito e apresentar posicionamento diante dos conhecimentos aprendidos. Um erro comum nos bancos escolares é tratar os alunos como objetos que deveriam somente receber o conhecimento dos livros didáticos, em contrapartida, eles são sujeitos com vontade e opiniões que favorecem a troca e a ampliação do conhecimento, precisando que o professor os ouça e os estimule para expor seus pensamentos.

Então, para evitar a massificação e a forma de tratamento como objeto, exige-se uma educação ativa que favoreça a interação do aluno ao convívio do diálogo e da participação constante na aprendizagem. Como consequência, facilmente o aluno será crítico e consciente a respeito da realidade social em que vive, observando a sua atuação como “[...] homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto.” (FREIRE, 1963, p. 14). Nesse âmbito, os textos literários ampliam as dimensões e os contextos que circundam o conhecimento destes sujeitos.

É por meio do contexto do aluno que se alcança uma resposta positiva, tendo em vista, que o aprendiz terá mais vontade de participar quando tratar de assuntos que façam parte da sua vida. Diante disso, a interação parte do contexto escolar e ultrapassa as barreiras da escola, tornando o aluno cidadão com posicionamento e argumentação para os seus interesses. A escola e a sala de aula são vistas como um princípio de formação cidadã e intelectual, influenciando na constituição permanente do discente.

Ao tomar como ponto de partida o processo de alfabetização, de acordo com Weffort (1967), Freire destaca a relevância de que os homens se reconheçam como criadores de cultura conscientes de sua produção, agindo em favor da alfabetização. No mesmo sentido, a leitura literária carece do leitor presente no processo de interação em conjunto com o professor, a fim de que a leitura de clássicos, por exemplo, obtenha uma real significação para a vida de ambos. Como consequência, após essa apropriação do mundo literário, os sujeitos envolvidos estarão mais preparados para as discussões sociais. Esse relacionamento entre educador e educando com o elo da leitura é apontado por Freire (1996, p. 123) ao considerar que “[...] o educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a

arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica.”.

Um dos pontos mais relevantes dos estudos de Freire (1987) está pautado na crítica em função da educação bancária, em que o aluno só recebe informações e não participa da construção do conhecimento. A educação bancária é um tipo de educação que não transforma nem o professor nem o aluno, pois não há modificação ou conscientização do contexto social. Nesse caso, o aluno é um receptor de informações enquanto o professor repete o conhecimento a respeito de um conteúdo, logo, não há interação ou troca entre as partes, os dois componentes permanecem na mesma situação em que se encontravam antes do processo educativo. Com isso, o docente é visto como um sujeito que deposita seus conhecimentos no aluno, que é considerado um objeto.

Em oposição à educação bancária está a educação libertadora, que é usada como base neste estudo, nela objetiva-se a superação, por via da comunicação, por intermédio de uma relação dialógica. Na educação libertadora, há fatores problematizadores para serem discutidos e refletidos, pois o homem é visto como um ser consciente que se reconhece como consciente e reflete sobre as ações. Então, ocorre a ação e a reflexão sobre o mundo a fim de transformá-lo, sendo compreendidas como uma atitude cidadã.

Freire (1987) destaca que o educador e o educando devem estar em comunhão, caminhando com os mesmos objetivos. Sob semelhante perspectiva, Beisiegel (2010), estudioso sobre Freire, retoma em análises que o “[...] diálogo entre os homens era entendido como componente essencial nessa educação comprometida com a construção de personalidades democráticas.” (BEISIEGEL, 2010, p. 35 – grifo do autor). Em detrimento dessa aproximação, os resultados são positivos, ao passo que se obtém educador e educando em ascensão e constante construção.

Na prática libertadora os participantes, alunos e docentes, são considerados sujeitos e crescem juntos, tornando-se críticos e investigadores com o método do diálogo. Não há espaço para a acomodação, uma vez que as ideias são discutidas para firmar uma inserção crítica na realidade. Essa inquietação é gerada em relação aos desafios lançados, captando a realidade e o mundo, para que surjam formas autênticas de pensar e atuar. Para Brandão (2005), as aulas de Freire “[...] eram o diálogo, as trocas livres e solidárias de idéias, muitas delas nascidas muito mais das experiências de vida dos estudantes do que de suas leituras teóricas. [...]” (BRANDÃO, 2005, p. 84).

Diante do exposto, depreende-se que a educação libertadora gera um sujeito inconcluso, que está em busca de informações e não se contenta com o básico. Dessa forma, o aprendiz quer seu espaço no ambiente escolar, amparado pela prática dialógica. Conforme Beisiegel (2010, p. 35), o diálogo é considerado “[...] como componente intrínseco e como instrumento de promoção da democracia.”, tendo em vista que os sujeitos são ouvidos e interagem com os demais, no formato horizontal.

Sobre o diálogo, Freire (1996) esclarece a utilidade de saber ouvir, respeitar e entender o que o outro traz de conhecimento para o momento da troca. Nessa perspectiva, o docente não pode ser o detentor da palavra, mas ser o curioso para descobrir tudo o que seu aluno poderá contribuir na discussão literária. Portanto, de

acordo com o autor, toda inteligibilidade é comunicação e intercomunicação, as quais se fundem no processo que prima pelo diálogo.

Diálogo: presente na educação literária

Assim como há uma metodologia adequada para trabalhar com a alfabetização, também há uma maneira apropriada para o texto literário. Primeiramente, o material precisa ser pertinente e o professor pode e deve saber envolver a dimensão cultural da comunidade, tendo em vista a aproximação da educação literária com a realidade dos alunos, tornando-se significativo o trabalho desenvolvido com as obras literárias.

A educação não é assistencialista, pelo contrário, ela necessita de sujeitos participantes na construção e na formação cidadã. A escola precisa criar situações que despertem no aluno diferentes características para enfrentar as dificuldades. Ordine (2016) explora o estudo literário e destaca que “[...] os clássicos (da filosofia e da literatura) ocupam uma posição cada vez mais secundária nas escolas e nas universidades. [...]” (ORDINE, 2016, p. 129), entendendo que os fatores literários deveriam estar presentes nas aulas rotineiras, para favorecer o aspecto humano e contribuir na formação pessoal. Logo, o papel do educador é salutar para a educação, Weffort (1967), sobre a teoria de Freire, afirma que o:

[...] educador sabe que sua tarefa contém implicações políticas, e sabe ademais que estas implicações interessam ao povo e não às elites. Mas sabe também que seu campo é a pedagogia e não a política, e que não pode, como educador, substituir o político revolucionário interessado no conhecimento e na transformação das estruturas. [...] Uma pedagogia da liberdade pode ajudar uma política popular, pois a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência. Mas cabe aos políticos, não ao educador, a tarefa de orientar esta tomada de consciência numa direção especificamente política. (WEFFORT, 1967, p. 15).

Diante do exposto, registra-se como a figura do professor é importante para tornar o aluno um cidadão consciente dos atos e das responsabilidades na composição social. Porém, ao professor cabe somente despertar e orientar essa consciência crítica, deixando para a política demonstrar a melhor forma de agir com democracia e liberdade. A educação literária é movida pelo prazer e pela curiosidade da leitura, nessa condição, o ato de ler precisa ser desafiador e confortável ao mesmo tempo. Colomer (2007) faz observações sobre a escolha do material para se trabalhar em sala de aula e destaca a necessidade de:

[...] Experimentar o prazer da leitura e contribuir para o amadurecimento pessoal são precisamente as funções que os docentes consideram prioritárias ao selecionar as leituras escolares quando estas se afastam

da programação estrita dos conteúdos. Ambas as formulações se integram em um modelo de “leituras por prazer”, que por seu êxito no âmbito educativo merece que lhe dediquemos maior atenção. (COLOMER, 2007, p. 42 – grifos da autora).

Em função da aproximação entre os sujeitos atuantes, Weffort (1967, p. 26) especifica que o “[...] educador estabeleceu, a partir de sua convivência com o povo, as bases de uma pedagogia onde tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem.”. Logo, há uma interação dialógica que engrandece os participantes, tornando-os agentes das ações e conscientes de sua importância para o contexto histórico. Com o auxílio do diálogo se cria a comunhão entre o ser humano e a natureza, relacionando-se com a sociedade e a realidade.

Freire (1982), em estudo sobre as igrejas, reconhece que “[...] a consciência não se transforma através de cursos e discursos ou de pregações eloqüentes, mas na prática sobre a realidade.” (FREIRE, 1982, p. 108). Diante disso, é possível inferir que os leitores necessitam praticar e reconhecer as diferentes realidades dos textos literários e não permanecer apenas como ouvintes. A educação literária ganha força e adesão a partir do momento que o aluno for ouvido e que todos possam participar ativamente, estabelecendo relações externas e internas com o contexto sociocultural.

Para Colomer (2007) as novas gerações necessitam andar entre livros, presenciar e conviver com as ações que envolvem as condições do material literário. É imprescindível que o ambiente escolar proporcione momentos de interação com alunos e professores, favorecendo a aproximação e a troca de experiências, por meio de atividades culturais. Nas palavras da autora, “[...] os atuais estudos qualitativos sobre a leitura adolescente revelam que, na evolução recente de nossas sociedades, existem muitos fatores que não favorecem as condições da leitura individual e que ainda o fazem em menor medida em relação à leitura literária. [...]” (COLOMER, 2007, p. 47).

Freire (1982) retrata que a consciência não parte de fora para dentro, não há como uma pessoa modificar a outra. Segundo o educador, a conscientização é efetuada após reflexões sobre as ações realizadas e as possíveis consequências. Com isso, o professor é visto como base no processo de conscientização e de amadurecimento do aluno, entretanto, não há imposição de ações e práticas sem o consentimento do aprendiz. Logo, é necessário que o aluno se reconheça na sociedade e na intervenção do futuro. Freire (1982, p. 114) resume, expondo que “[...] na medida em que assumo totalmente minha responsabilidade no jogo [...] é que me faço uma *presença* consciente no mundo. [...]” (grifo do autor).

Um ponto de partida para a interação entre os sujeitos é usando material compatível, textos literários que façam parte do cotidiano do educando. Colomer (2007, p. 39) determina que “[...] a leitura resulte em uma experiência pessoal positiva e que se realize a partir do diálogo com a obra e com a comunidade cultural. [...]”. Os conteúdos da escola podem estar associados com a realidade concreta do aprendiz, unindo a experiência cultural e os saberes do currículo. Nesse contexto, a autora considera que os textos literários estão em maior volume e com mais facilidade de acesso, além de apresentar uma grande diversidade de exemplares para diferentes

manifestos literários. Essa adequação é necessária para um bom desempenho na relação do sujeito com o meio. Ao representar as diversas formas de interação, Nussbaum (2015) afirma que:

Precisamos, portanto, desenvolver o “olhar interior” dos alunos. Isso significa uma formação cuidadosamente moldada nas artes e nas humanidades – adequada à idade e ao nível de desenvolvimento da criança – que os ponha em contato com questões de gênero, raça, etnia e experiência e cooperação transculturais. Essa formação artística pode e deve estar relacionada à formação do cidadão do mundo, uma vez que as obras de arte costumam ser um modo inestimável para começar a compreender as conquistas e os sofrimentos de uma cultura diferente da nossa. (NUSSBAUM, 2015, p. 108).

A formação literária, de certa forma, representa e reconfigura as atitudes e as ações desempenhadas pelo homem. Com isso, o texto literário pode também servir de instrumento e de manual para (re)pensar e compreender a vida como sistema cultural. A literatura contribui na discussão e no desenvolvimento do processo educativo como um todo, propiciando relações com diferentes conteúdos e contextos históricos. Conforme Colomer (2007, p. 29), “[...] a ideia da literatura, objeto de estudo, e a concepção da aprendizagem mudaram profundamente em poucas décadas, era absolutamente necessário que a escola definisse novamente os objetivos do ensino literário, os conteúdos a que se propunham facilitar e a melhor forma de fazê-lo. [...]”.

Para Colomer (2007), a educação literária teve muitas mudanças no decorrer das décadas, tendo em vista as alterações que aconteceram não só no ambiente escolar, mas também na composição e divulgação das obras literárias. Agregados a esses elementos também é notável os diversos acessos aos textos literários, por meio dos sistemas tecnológicos. Nessa perspectiva, a literatura é abrangente e contribui na formação do leitor, entendendo que “[...] a educação literária serve para que as novas gerações incursionem no campo do debate permanente sobre a cultura, na confrontação de como foram construídas e interpretadas as ideias e os valores que a configuram. [...]” (COLOMER, 2007, p. 29). Dessa maneira, o leitor é modificado após cada leitura e cada debate, nutrindo-se de pareceres dos seus pares sobre as obras lidas e discutidas.

A influência da relação entre professor e aluno é aludida por Freire (1987) ao tratar da educação libertária. Nesse contexto, o autor determina que “[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. [...]” (FREIRE, 1987, p. 64). Desse modo, observa-se como é importante a afinção entre os elementos, tornando-os favoráveis para a construção do conhecimento literário de maneira compartilhada.

O enriquecimento literário é possível em função da troca de conhecimento com o outro. Simultaneamente, se aprende e se ensina, Ordine (2016) relata seu caso, confessando que “[...] posso compartilhar meus conhecimentos com os outros sem me empobrecer. Posso ensinar a um aluno [...] ou ler com ele uma página [...] dando

vida a um milagroso processo virtuoso no qual se enriquece, ao mesmo tempo, tanto quem dá quanto quem recebe.” (ORDINE, 2016, p. 17). O texto literário é uma ferramenta de aproximação, propiciando interação e afinidade. Ordine (2016) demonstra que o:

[...] encontro entre um professor e um aluno sempre pressupõe um “texto” do qual partir. Sem esse contato direto com os textos, os estudantes terão dificuldade de amar a filosofia ou a literatura e, ao mesmo tempo, os professores não terão a oportunidade de tirar o máximo partido de suas qualidades para estimular a paixão e o entusiasmo dos seus alunos. [...] (ORDINE, 2016, p. 131).

É interessante ressaltar que ao professor cabe a responsabilidade de retirar o aluno da zona de conforto e trazê-lo à situação real. Colomer (2007) observa a relevância do professor ao sugerir um livro adequado ao aluno, sendo que o docente tem conhecimento dos gostos e das capacidades de seu aluno enquanto leitor. Da mesma forma, o professor pode trocar experiências de leitura ao realizar indicações de textos literários para seus alunos, praticando o diálogo produtivo. Essa interação entre os sujeitos do ambiente escolar oportuniza a harmonização e a expansão da leitura. Colomer (2007) realça que os alunos precisam de estímulo e encorajamento contínuos, a fim de que vivenciem novas descobertas no contexto escolar. Nesse sentido, a pessoa mais indicada para impulsionar o aluno está na posição do professor. Freire (1996) reconhece o caráter reflexivo em que o par volta-se para a realidade e busca se inserir de forma crítica na sociedade. Como características pertencentes ao educador, Freire (1996) determina que:

[...] É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, dispoibilidade (sic.) à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 1996, p. 120).

Na prática libertadora há diversas mudanças visto que “[...] vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo.” (FREIRE, 1987, p. 71). Logo, se a realidade está se modificando, o sujeito agente desse contexto também está em permanente alteração. Por isso, compreende-se que o sujeito e a realidade possuem uma função só, em que um age sobre o outro mutuamente. Essa aproximação entre sujeito e realidade é identificada devido ao inacabamento do ser, de acordo com Freire (1987, pp. 72-73) “[...] seres inacabados, inconclusos *em e com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada [...] os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. [...]” (grifos do autor).

A partir do ponto em que o leitor se reconhece em construção ele pode interferir no mundo, na realidade histórica, e, em função disso, produzir e fazer parte da história e das mudanças. Aliás, o homem que se entende inacabado pode avançar e ir além dele mesmo, ultrapassando os próprios limites (FREIRE, 1987). O aluno como um sujeito agente e crítico envolvido com a realidade poderá usufruir da educação literária iniciada, principalmente, no período escolar para expor suas opiniões e basear seus argumentos, demonstrando domínio sobre os temas tratados.

Freire (1996) acentua o reconhecimento da cultura como um dos elementos que torna a vida mais significativa. Em forma de exemplos apresentam-se o cinema, a música, as artes plásticas e insere-se também a literatura. Essas atividades consistem em um novo formato de apreciar os elementos artísticos, então, a “[...] inovação exige mentes que sejam flexíveis, abertas e criativas; a literatura e as ciências humanas estimulam essas qualidades. [...]” (NUSSBAUM, 2015, p. 112). A cultura torna o cidadão mais completo e reflexivo, como consequência, há uma progressão pelas convicções com autonomia e foco.

A obra literária transporta muito conhecimento interligado com fatores que geram a curiosidade e viabilizam a busca por novos conhecimentos. Nesse segmento, Colomer (2007, p. 38) reconhece que “[...] o uso normal da literatura passa pela participação subjetiva e gratificante na comunicação proposta pela obra e que as estratégias de análise incorporadas pelo leitor se dirigem a enriquecer sua interpretação *durante* a leitura.” (grifo da autora). Beisiegel (2010) retoma os princípios de Freire e realça as vivências coletivas e as trocas entre os pares, adequando-se à educação literária e negando a educação tradicional, ao apostar em ambientes favoráveis ao crescimento.

Era imperioso e urgente substituir esta educação tradicional por uma outra educação orientada para a criação de disposições mentais críticas e permeáveis, favoráveis à participação, à deliberação coletiva, à ingerência, ao autogoverno e, por essa via, favoráveis à democratização da vida social e à instituição de formas democráticas de governo. Esses temas permeiam toda a análise: Paulo Freire insiste em defender a necessidade de um ensino realizado através do diálogo, em atividades de grupo, com o incentivo à participação e ao exercício da reflexão crítica. (BEISIEGEL, 2010, p. 36).

A educação precisa ser fundamentada por uma relação horizontal, na qual a troca oportuniza o crescimento dos integrantes, promovendo um diálogo riquíssimo em informações das diversas áreas. No processo de troca é necessário o respeito e o entendimento do ângulo do interlocutor, ao reconhecer a realidade de origem e a cultura inicial do processo reflexivo em que o torna um ser crítico. Por causa disso, o leitor deve estar aberto ao diálogo, relacionando-se com os demais. De acordo com Freire (1996, p. 136), o “[...] sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História.”.

Por fim, os sujeitos que interagem no contexto escolar, são movidos pela curiosidade, que muitas vezes é despertada pelo texto literário. Por isso, o material

literário fomenta o diálogo e a união entre os participantes, havendo a contribuição dos envolvidos. Após, esse crescimento em comunhão se atinge uma possível autonomia, na qual as ações são coerentes, com aproximação entre teoria e prática. Nesse aspecto, o aprendiz poderá intervir na sociedade com consciência acerca do que diz, do que escreve, do que fala, do que faz e do que lê.

Considerações Finais

Os assuntos da educação geralmente estão circundados de prós e contras, dessa forma, ao se sustentar nas teorias de Freire, explicita-se a aproximação entre educando e educador por meio do diálogo constante. Em virtude das pesquisas em obras do autor, compreendeu-se que a educação não pode ser neutra, uma vez que ela é movida de posicionamentos e opiniões. Assim, uma das tarefas da escola é preparar o estudante para a vida, para o convívio em sociedade, não visando somente à conquista de uma profissão e uma posição social.

Conforme foi observado no presente artigo, o êxito é possível por meio de uma relação horizontal, na qual aluno e professor discutam e aprendam juntos, pautados pelo diálogo. O aluno deve ser reconhecido como o protagonista da educação, posto que o professor sozinho não tenha funcionalidade. Então, o docente se torna essencial na medida em que tem um aprendiz para contribuir na intercomunicação. Em vista disso, a educação literária terá significação com a participação ativa de todos os envolvidos, configurando-se como uma prática para a liberdade do pensamento, e, por sua vez, tornando a educação literária parte da formação humana.

O texto literário é um subsídio para que os sujeitos se reconheçam como inacabados, percebendo que na troca ganham-se mais experiências. Por isso, a interação é um suporte para o crescimento dos participantes, os quais estão modificando o ambiente, ao mesmo tempo, em que significam o discurso e a prática literária. Nesse sentido, educador e educando se encontram em um mesmo contexto com a finalidade de construir o conhecimento e aprender com a experiência do outro.

O professor é uma peça chave na educação literária, porque ele cultiva o espírito de pesquisador inquieto, tornando o ensino atraente, ao passo que se mostra como companheiro e acompanha o aluno no novo caminho, compreendendo a realidade e estimulando a capacidade e a criação do aprendiz. O educador deve acreditar que é possível melhorar o país, repassando essa confiança e incentivando o crescimento do grupo de alunos, a fim de tornar o educando um ser autônomo, que pensa e faz associações adequadas ao contexto social.

Em função da relação dialógica, atenta-se para a ascensão dos participantes, que, ao fazerem parte da sociedade, se identificam como conhecedor e transformador da realidade, ou seja, sujeitos ativos. Nessa oportunidade, é refletida a necessidade de inteirar-se do conhecimento e da realidade para agir em prol da comunidade. Por fim, observa-se que quanto mais se explora a cultura e a educação literária, mais a população auxiliará com leitura e conhecimento consciente.

LITERARY DIALOGUE: A FREIREAN PERSPECTIVE

Abstract: This article aims at investigating the interaction between teacher and student in a dialogical relationship according to the concepts of Freire (1996). As a result of the interaction between people, it happens a dialogue between education and literature thinkers. So that, Education literacy is investigated according to the teachings of Nussbaum (2015), Colomer (2007) and Ordine (2016), highlighting the dialogue among these authors. Thus, “liberating education” is positive in the sense that it helps students to expose their background knowledge and take the role of an active subject. Therefore, the dialogue collaborates effectively in their formation, stimulating the pleasure for reading literary texts.

Keywords: Paulo Freire; Dialogue; Education; Literature.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. R.. *Paulo Freire*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, C. R.. *Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia*. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

COLOMER, T. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, P. R. N. *Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo*. Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife. Recife, nº 4, abr/jun, 1963.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

NUSSBAUM, M. C. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ORDINE, N. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Trad. Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

WEFFORT, F. C. Educação e política. In: FREIRE, P. R. N. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

ARTIGO RECEBIDO EM 06/05/2019 E APROVADO EM 21/06/2019